

23/08/2024 08:50

Soure recebe programação com intenso debate sobre violência de gênero

Ação para Meninas e Mulheres no Marajó é liderada pelo CNJ e executada pelo TJPA



Foi a vez do município de Soure receber a ação

Foi a vez do município de Soure receber, na última quinta-feira, 22, a Ação para Meninas e Mulheres no Marajó. Liderada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e executada em âmbito local pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), a ação promove vasta **programação** até hoje, 23, com o intuito principal de orientar a população do Arquipélago do Marajó sobre os meios de combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na quinta-feira, o evento, dedicado à proteção de meninas e mulheres, reuniu diversos(as) especialistas para discutir o papel do Poder Judiciário e de outras instituições na aplicação da Lei Maria da Penha e em outras formas de proteção.

As atividades começaram às 8h30, com a palestra da juíza auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luciana Lopes Rocha. Ela destacou a atuação do Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha, focando na proteção integral de meninas e mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A juíza enfatizou a importância de uma abordagem

integrada e sensível, que leve em consideração as especificidades de cada caso.

Às 10h15, a promotora de Justiça Mônica Rei Moreira Freire, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), abordou o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Em sua apresentação, ela discutiu a importância de identificar, acolher e notificar casos de abuso sexual, ressaltando a responsabilidade dos profissionais envolvidos em oferecer um atendimento adequado e humanizado às vítimas.

Logo após, às 11h, a psicóloga Katia Jordy, do MPPA, apresentou uma palestra sobre comportamentos indicativos de vivência de violência e os elementos essenciais para realizar uma boa escuta de vítimas. Jordy enfatizou a importância de profissionais preparados para lidar com situações de violência, garantindo um ambiente seguro e de confiança para que as vítimas possam relatar suas experiências.

A manhã foi concluída com a palestra da pedagoga Danielle Damásio, também do MPPA, que falou sobre o papel da escola como uma rede de proteção. Damásio discutiu como as instituições de ensino podem atuar de forma proativa na identificação de sinais de violência e no apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade.

As atividades da tarde começaram às 14h30, com uma análise detalhada da Lei Maria da Penha e dos diferentes tipos de violência contra a mulher. A palestra foi conduzida pela juíza auxiliar da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica (Cevid), Rubilene Silva Rosário, e contou com a participação da pedagoga Riane Freitas e da analista judiciária Renata da Mota Giordano, ambas da Cevid. As palestrantes discutiram como a lei pode ser aplicada em casos diversos e a importância de entender as múltiplas formas de violência que podem acometer as mulheres.

Em seguida, às 15h45, a promotora de Justiça Agrária do Estado do Pará, Herena Maués, que também atua como coordenadora auxiliar do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, tratou do tráfico de pessoas, abordando as questões jurídicas envolvidas e a importância de um acolhimento adequado para as vítimas. Maués destacou os desafios enfrentados pelas autoridades e a necessidade de ações coordenadas para combater esse crime.

O evento foi encerrado com uma palestra do juiz Thiago Fernandes Estevam dos Santos, colaborador da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij), que das 16h45 às 18h, falou sobre o Sistema de Justiça Infante-Juvenil. Ele discutiu as peculiaridades do sistema e a importância de um tratamento diferenciado para casos que envolvem crianças e adolescentes.

Esse dia de discussões intensas e esclarecedoras destacou a complexidade e a urgência do enfrentamento à violência de gênero, oferecendo uma visão

abrangente das múltiplas frentes de combate e proteção necessárias para assegurar o bem-estar de meninas, mulheres e outros grupos vulneráveis. Nesse sentido, a coordenadora da Cevid, desembargadora Maria de Nazaré Saavedra, destacou a necessidade da união de todas as instituições envolvidas na rede de proteção à mulher em prol dessa causa.

“É necessário o fortalecimento da rede de proteção à mulher não só para combater a violência contra a mulher, mas também para prevenir. Por isso é importante esse trabalho de conscientização nas escolas, nas secretarias municipais, pois o trabalho educativo é uma das formas de evitar essa violência”, explicou a magistrada.

Círculos – Pela manhã, a comunidade de Soure recebeu Círculo de Diálogo referente ao projeto Porto Seguro, realizado pelas assistentes sociais Cláudia Lago e Rosana Barros, e a pedagoga Angélica Fonseca, todas da equipe multidisciplinar da CEIJ do TJPA.

O projeto Porto Seguro visa oferecer espaços para o fortalecimento de autoestima e desenvolvimento de reflexões e elaborações coletivas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, bem como a profissionais que atuam nesses serviços, por meio da realização de círculos de diálogo conduzidos por facilitadores(as) devidamente capacitados(as).

De tarde, houve Círculo de Diálogo com mulheres integrantes de instituições religiosas e comunidade em geral sobre autocuidado feminino realizado pelas psicólogas Carla Esteves e Letícia Bol, ambas da Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) do TJPA.

Acesso – A Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJPA disponibilizou em Soure os serviços de 2ª via de Registro Civil, retificação de Registro Civil, divórcios consensuais, homologação de acordos, reconhecimento de união estável, além de registro extemporâneo de óbito e civil.

Fonte: *Coordenadoria de Imprensa*

Texto: *Anna Carla Ribeiro*

Foto: *Erika Miranda TJPA*